



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA

Cópia de parte da

-----ATA N.º 01/2023-----

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal da Batalha, sito na Rua Infante D. Fernando, Batalha, reuniu, em *sessão ordinária* a Assembleia Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais (...)

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----
(...)

-----Ponto 7-----

Apreciar e deliberar sobre a afetação para o domínio público municipal da área de 93,55m², necessária ao prolongamento da Rua dos Casais de Baixo, sito no lugar de Garruchas, Freguesia do Reguengo do Fetal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o estatuído no artigo 16.º do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, ambos os diplomas legais na sua redação vigente.

-----Processo n.º 23/2022/1 – Requerimento n.º 4702/2022-----
(...)

Após prévio esclarecimento prestado pelo senhor presidente da Câmara, relativamente à necessidade de a afetação para o domínio público municipal da área de 93,55m², necessária ao prolongamento da Rua dos Casais de Baixo, sito no lugar de Garruchas, Freguesia do Reguengo do Fetal, atento aos fundamentos constantes na Deliberação de Câmara n.º 2023/015/S.I.G. tomada em reunião do Executivo Municipal de 16 de janeiro de 2023, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, aprovar a afetação para o domínio público municipal da área de 93,55m², necessária ao prolongamento da Rua dos Casais de Baixo, sito no lugar de Garruchas, Freguesia do Reguengo do Fetal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o estatuído no artigo 16.º do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, ambos os diplomas legais na sua redação vigente.**

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.

----- ** -----

Está conforme o original existente no arquivo desta Assembleia Municipal, o que certifico. -----
Assembleia Municipal da Batalha, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2023.

----- ** -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Joaquim José Pereira Ruivo)
Assembleia Municipal da Batalha